

Relatório Procuradoria-Geral de Justiça

1º semestre de 2023



Órgãos da Administração Superior do MPDFT

Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procurador-Geral de Justiça Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Jurídico-Administrativa

Procuradora de Justiça Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional

Procurador de Justiça Antônio Marcos Dezan

Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Nísio Edmundo Tostes Ribeiro Filho

Promotor de Justiça André Luiz Cappi Pereira

Secretaria-Geral

Promotora de Justiça Claudia Braga Tomelin

Assessoria de Políticas Institucionais

Promotor de Justiça Ruy Reis Carvalho Neto

Esta é uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT,
Brasília-DF, CEP 70.091-900

Telefone: (61) 3343-9500

Site: www.mpdft.mp.br

Programação visual e diagramação:

Secretaria de Comunicação

Revisão de texto:

Váldima Fogaça

©2023 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra,
desde que citada a fonte.

1ª edição – Julho/2023

Conteúdo

Apresentação	• 4
Atos antidemocráticos	• 6
Combate à Criminalidade	• 8
Segurança da Informação (CI)	• 12
Controle Externo da Atividade Policial (Ncap)	• 13
Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (Nupri)	• 14
Tribunal do Júri e de Defesa da Vida	• 16
Recursos Constitucionais	• 17
Direitos Humanos	• 18
Atenção às Vítimas (Nuav)	• 20
Atendimento ao Público	• 21
Governança e Ciência de Dados	• 22
Autocomposição (Cauto)	• 24
Medidas Alternativas (Cema)	• 25
Psicossocial (Ceps)	• 26
Políticas Institucionais e Administrativas	• 28
Planejamento Estratégico	• 32
Comunicação e Relações com a Imprensa	• 33
Cultura e Memória Institucional	• 35
Gestão Administrativa	• 37

Apresentação

Este documento resume as atividades do período de dezembro de 2022 a junho de 2023, quando completamos seis meses de gestão à frente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Nesse período, foram desenvolvidos diversos projetos, merecendo destaque as iniciativas voltadas à inovação, à modernização das atividades diárias, ao fortalecimento da estrutura administrativa e do atendimento ao público.

Já no início do ano, fomos desafiados pelos atos antidemocráticos no dia 8 de janeiro, o que demandou um esforço conjunto que envolveu diversas áreas internas no sentido de contribuir para o acompanha-



Procurador-geral de Justiça
do DF, Georges Seigneur.

mento da intervenção federal no Distrito Federal. Foram meses de trabalho contínuo, ao lado do Ministério Público Federal e das autoridades encarregadas.

Entre as iniciativas relevantes à prestação de serviços à sociedade, cabe destacar a implementação da Política de Atendimento ao Público no MPDFT, a criação dos espaços de atendimento presencial e do espaço digital, destinado ao cidadão que não possui boa conexão com a inter-

net e que necessita utilizar os serviços da Justiça.

Este Ministério Público também ganhou destaque por suas ações voltadas à resolutividade, nas quais tivemos 2 projetos selecionados pela Corregedoria Nacional, entre os 77 apresentados. Essas iniciativas foram classificadas como boas práticas a serem disseminadas em âmbito nacional. Além disso, outros 62 projetos já estão pré-qualificados para concorrer ao Prêmio CNMP. Somos o segundo Ministério Público que apresentou mais projetos ao certame.

Nesses seis meses de trabalho, as áreas investigativas destacaram-se pela colaboração com outras unidades ministeriais, em especial, a Unidade de Cryptoativos, que se tornou uma referência no Ministério Público brasileiro.

Na parte administrativa, não posso deixar de ressaltar a conclusão do diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho, que apresentou resultados positivos em relação à satisfação do público interno. A continuidade desse trabalho foi a instituição de uma comissão voltada à implementação das oportunidades de melhoria apresentadas por membros e servidores durante a pesquisa.

Finalmente, é importante recordar que este período foi um momento de ajustes na estrutura administrativa, a fim de acomodar novos projetos e impulsionar a atividade-fim, de tal maneira que o cidadão esteja contemplado em todas as etapas do nosso trabalho. Uma grande conquista, nesse sentido, foi o ingresso de 27 novos promotores de Justiça aprovados no último concurso.

Registro um sincero agradecimento a todos que se dedicaram ao desafio de tornar este Ministério Público um lugar de referência na proteção dos direitos e na defesa da sociedade do Distrito Federal.

Muito obrigado.

Georges Seigneur
Procurador-Geral de Justiça

Atos Antidemocráticos

O início do ano de 2023 foi marcado pelos atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro. Um evento sem precedentes na história brasileira que mobilizou diversos órgãos na defesa das instituições e da democracia. Nesse contexto, o MPDFT foi instado a agir rapidamente, e durante vários meses, merecendo destaque as seguintes providências:

- Criação de Grupo de Gestão de Crise para Acompanhamento da Intervenção Federal no Distrito Federal.
- Recomendações para afastamento de comandantes da PMDF e do secretário de segurança pública em exercício.
- Instauração de procedimento para acompanhar as providências voltadas à responsabilização das pessoas físicas e jurídicas na promoção dos atos antidemocráticos.
- Criação de canal de comunicação para recebimento de denúncias.
- Instauração de procedimento para apuração de responsabilidades.
- Acompanhamento e controle externo da atividade policial.
- Instauração de procedimento para documentar o trabalho da PCDF.
- Requisição de informações para apuração dos fatos.
- Iniciativas para amenizar os impactos da chegada de novos detentos no sistema prisional.
- Liberação de vagas e mão de obra no sistema prisional do Distrito Federal.



O grupo de gestão de crise foi coordenado pelo procurador-geral de Justiça. A iniciativa concentrou as providências do MPDFT voltadas à responsabilização das pessoas físicas e jurídicas pelos atos antidemocráticos em 8 de janeiro de 2023.

- Inspeções na Penitenciária Feminina do DF, nas dependências da Academia Nacional de Polícia Federal e no Centro Integrado de Monitoração Eletrônica.
- Vistoria nas celas em que estiveram presos o ex-secretário de Segurança Pública e o ex-comandante-geral da Polícia Militar do DF (PMDF).
- Acompanhamento da desocupação do acampamento no QG do Exército.
- Instauração de inquérito para apuração de responsabilidade civil pelos danos causados ao patrimônio público.
- Participação em cerca de 1500 audiências de custódia.
- Participação na Comissão criada pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE).
- Inspeção no Centro Integrado de Monitoração Eletrônica.
- Ações voltadas à população em situação de rua.
- Designação de promotores para acompanhar o trabalho realizado pelas forças de segurança do DF na Esplanada dos Ministérios, no Departamento de Polícia Especializada e na Direção-Geral da Polícia Civil.

Combate à Criminalidade

Crime Organizado (Gaeco)

Ganhou destaque em 2023, a realização da **operação Armlock**, conduzida exclusivamente pelo Gaeco, que apura esquema irregular, na Secretaria de Esporte e Lazer do DF, voltado à promoção de torneios de jiu-jitsu com valores superfaturados. Ao todo, 25 mandados de busca e apreensão foram cumpridos no Distrito Federal e no estado de Goiás.

O Gaeco também atuou em colaboração com outras promotorias e Ministérios Públicos estaduais. Ao todo foram 8 operações realizadas nos últimos 6 meses, com o cumprimento de 10 mandados de busca e apreensão e 2 prisões.

Além da Armlock, foram realizadas as seguintes operações:

Operação Ville Cerrado: em parceria com a Proub, apura suspeitas de crime de parcelamento do solo para fins urbanos, lavagem de dinheiro e crime ambiental no Núcleo Rural Barreiros, região do Jardim Botânico de Brasília.

Operação Monte Hebron: em parceria com a Proub, apura suspeitas de crime de parcelamento do solo para fins urbanos, lavagem de dinheiro e crime ambiental na Avenida do Sol, Condomínio/Chácara Monte Hebron, região do Jardim Botânico de Brasília.

Operação Chácara 218: em parceria com a Proub, apura suspeitas de crime de parcelamento do solo para fins urbanos, lavagem de dinheiro e crime ambiental na Área de Relevante Interesse Ecológico do Córrego Mata Grande, região administrativa de São Sebastião/DF.

Operação Mensageiro (4ª fase): apura suspeita de fraude em licitação, corrupção ativa e passiva, organização criminosa e lavagem de dinheiro no setor de coleta e destinação de lixo em diversas regiões de Santa Catarina.

Operação Maserati: apura a prática do crime contra o art. 2º da Lei 12.850/2013, que é promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa. A 2ª fase da operação teve por objetivo combater a organização criminosa com atuação no estado de Santa Catarina.

Operação Finda Folia: apura associação criminosa e fraude em licitação, envolvendo agentes públicos municipais em Santa Catarina.

Crimes Cibernéticos (Ncyber)

Em janeiro de 2023, o Ncyber migrou 100% dos procedimentos extrajudiciais do sistema Tabularium para o Neogab Extrajudicial, medida que agiliza e otimiza o trabalho das Promotorias e Núcleos do MPDFT.

No campo da prevenção, o Núcleo atuou na elaboração e divulgação de material informativo sobre ataques às escolas com o intuito de divulgar os canais ativos de denúncias, visando à prevenção e à mitigação de tais ataques.

Principais atuações:

- Denúncia dos autores da invasão cibernética ao BRB2.
- Deferimento de medidas cautelares que desvendaram a autoria de integrantes da Organização Criminosa que impôs prejuízo de mais de 20 milhões de reais ao Banco do Brasil.
- Denúncia do caso Marília Mendonça em que o Ncyber desempenhou um papel fundamental nas investigações e propiciou grande repercussão positiva do trabalho do MPDFT.
- Medidas cautelares relacionadas ao falso Day Trade (Pineal Marketind Unipessoal) e investigações em curso.
- Medidas cautelares relacionadas a crimes contra agentes de Estado que exercem funções públicas, no governo local e federal.
- Interlocução e cooperação com a Polícia Civil/Instituto de Criminalística para facilitação da interpretação dos resultados de análises periciais feitas especificamente pelo Setor de Perícias de Informática, bem como o acesso ao material decorrente de extração de informações de mídias como celulares e computadores apreendidos.



Notícia sobre o trabalho do Ncyber que resultou na responsabilização dos acusados de serem os autores da invasão do sistema do Banco de Brasília (BRB).

- Preparação de cursos para capacitar membros e servidores para lidar com questões ligadas à investigação de crimes cibernéticos e para melhor compreensão das provas digitais.

Cryptoativos

O MPDFT criou a primeira unidade especial focada em criptoativos do Ministério Público Brasileiro voltada ao combate e à prevenção de crimes nessa área.

No primeiro semestre deste ano, a área ganhou destaque pelas seguintes ações:

- Apoio a outros Ministérios Públicos e Polícias em ações relacionadas a esses ativos, além de gerenciar e operar ferramentas de rastreamento e monitoramento de ativos nas *blockchains*.
- Atuação nas operações “Mercadores do Templo”, apoio para a prisão do acusado e busca e apreensão de ativos digitais; “Tracking”, auxílio na reconstituição de carteiras de criptoativos; “Hipócrates”, apoio para a deflagração da operação e identificação de carteiras físicas de criptoativos.
- Atuação no Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), junto à Comissão de Defesa da Probidade Administrativa, para regulamentação de operações envolvendo criptoativos.
- Atuação no Grupo de Trabalho do CNMP para elaboração de estudos sobre a possível normatização, no âmbito do Ministério Público brasileiro, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- Atuação no Programa de Governança de Dados Pessoais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- Colaboração com o Grupo de Trabalho do MPF para prospecção de ferramentas de rastreamento de criptoativos.
- Atuação no Grupo de Trabalho multidisciplinar para acompanhar a evolução tecnológica relacionada a criptoativos e seus impactos de natureza jurídica.
- Emissão de alerta nacional, com ampla divulgação na mídia, para os riscos e cuidados no investimento em criptoativos.

NOÇÕES GERAIS SOBRE A LEI 13.709 Lei Geral de Proteção de Dados



O limite diário de exposição a telas, as ferramentas de controle parental e as estratégias para criar desinteresse por equipamentos tecnológicos estiveram entre os temas abordados nas capacitações realizadas pelo MPDFT.

- Promoção dos cursos “Noções Gerais sobre a Lei 13.709 - Lei Geral de Proteção de Dados”, “Criança e Tecnologia – CriTec” e “Cryptoativos e Ministério Público - Fundamentos Básicos”.
- Edição de nota técnica com o objetivo de contribuir na construção do Projeto de Lei n. 4.401/2021 que regula o mercado de criptomoedas.

Assessoria Criminal

Nestes seis meses, a área acompanhou os desdobramentos da 2ª Fase da Operação Alpha 19, da 1ª Fase da Operação Milenoe e da 1ª Fase da Operação Split, cujas investigações versam sobre a prática de ilícitos cometidos por Deputados Distritais, especialmente no que se refere à denominada “rachadinha”. Outras iniciativas de destaque:

- Atuação conjunta com o GAECO/MPDFT na continuidade da Operação Maré Alta e também da Operação Tenebres e com o Ministério Público Federal na condução dos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, relacionados à Operação Falso Negativo.
- Elaboração do plano de ação com propostas de aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público brasileiro no âmbito da letalidade policial, junto ao Grupo Nacional dos Coordenadores dos Centros de Apoio Criminais – GNCCRIM.
- Atuação em todas as manifestações ministeriais concernentes aos processos decorrentes da aplicação da norma inserta nos artigos 28 e 28-A, §14, ambos do CPP.

Segurança da Informação (CI)

Entre as iniciativas do Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação (CI), é importante ressaltar as seguintes:

- Atuação na operação Armlock do Gaeco/MPDFT.
- Apoio ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina e ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte em ações no DF.
- Cooperação técnica para a troca de tecnologia por meio da assinatura de acordos com os Ministérios Públicos da Paraíba e MPF, além de intercâmbio com Ministério da Justiça e o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região.
- Apresentação da ferramenta “Confiteor”, no Congresso de Inovação e Tecnologia do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
- Colaboração, como anfitrião, na 2ª reunião do grupo de inteligência do Centro-Oeste - GCO/2023.
- Lançamento do módulo “Rol de Testemunhas” no Sistema de Pesquisa Integrada (PIN).
- Modernização do sistema PIN com acréscimo de acesso à base de dados do sistema Genesis da Polícia Militar do Distrito Federal para consulta de documentos de identificação, telefones e endereços, além da complementação de dados relacionadas à filiação e óbito.

Controle Externo da Atividade Policial (Ncap)

Atualmente o acervo de processos judiciais em trâmite no Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial (Ncap) e no Núcleo de Combate à Tortura (NCT) perfaz um total de 195 feitos, distribuídos em 38 inquéritos policiais, 12 termos circunstanciados e 145 feitos judiciais.

De dezembro de 2022 a 16 de junho de 2023, foram tomadas as seguintes providências:

- Distribuição de 95 Notícias de Fato, 14 Procedimentos Administrativos, um Inquérito Civil Público, três Procedimentos de Investigação Criminal, um Inquérito Policial e 17 feitos judiciais.
- Encaminhamento de cinco denúncias à Justiça e realizados 99 atendimentos, 7 visitas de controle externo, bem como 37 reuniões, que incluem também a celebração de acordos de não persecução penal e acordos de não persecução cível que asseguraram mais de R\$ 240 mil.
- Início do mapeamento dos casos de morte decorrente de intervenção policial desde 2020 e que não foram comunicados ao Núcleo de forma temporânea.
- Deflagração da operação “Reis da Rua”, que investigou o envolvimento de três policiais civis com crimes de apropriação de bens, dinheiro e entorpecentes de pessoas abordadas ou presas em operações e eventualmente seus parentes.



Notícia publicada em veículo de comunicação. Dos três policiais investigados, um já respondia processo por crime de peculato e estava afastado das funções na época da operação.

Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (Nupri)

No escopo das atribuições do Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional (Nupri), é preciso destacar a efetividade de sua atuação nas questões relacionadas aos episódios do 8 de janeiro que, somadas a outras iniciativas igualmente relevantes, resumem-se assim:

- Acompanhamento de mais de 1.300 prisões de pessoas envolvidas nos atos antidemocráticos realizados na Praça dos Três Poderes, em 8 de janeiro.
- Realização de 72 inspeções.
- Articulações com a Defensoria Pública, que viabilizou a realização de mutirão de atendimento itinerante na Penitenciária Feminina, bem como assistência quanto a itens básicos.
- Iniciativas para instalação de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) em todos os blocos, alas, pátios e espaços comuns das unidades prisionais do Distrito Federal.
- Realização do Seminário “O trabalho do preso e do egresso: instrumento para recuperação e reinserção social”, promovido em parceria com o Ministério Público do Trabalho. O evento contou com a participação de mais de 20 instituições.
- Atuação direta no combate às ações do Comboio do Cão, por meio da constituição de uma força-tarefa formada pelo Núcleo e pelas Promotorias de Justiça Criminal e do Tribunal do Júri do Riacho Fundo e Recanto das Emas, que resultou na condenação de 12 importantes lideranças e executores da facção criminosa.
- Participação em audiência pública na Câmara Legislativa do DF sobre o sistema prisional.



Da esquerda para a direita, a coordenadora do Nupri, promotora de Justiça Vanessa Farias; o procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, e o procurador do Trabalho, Luis Paulo Villafañe Gomes Santos, durante a abertura de seminário que abordou os desafios e soluções para implementar e ampliar oportunidades de trabalho para egressos do Sistema Prisional.

- Participação em eventos e reuniões com intuito de divulgar e viabilizar ações voltadas à implantação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs) no Distrito Federal.
- Participação no projeto do Concurso “Desenhando o Amor”, realizado pela Seape/DF.
- Assinatura de Termo de Cooperação com o Instituto Ação Pela Paz, para a execução de projetos como “Semeando Sonhos e Paz no Coração”.
- Acompanhamento do Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes (Procap), que formou a primeira turma da oficina de construtor em alvenaria.
- Parceria com o Reintegro, em Samambaia, onde 19 internos conseguiram tornozeleira eletrônica.

Tribunal do Júri e de Defesa da Vida

- Atuação direta em 18 sessões plenárias de julgamento e colaboração com o treinamento dos promotores adjuntos ingressantes na carreira na atuação do Tribunal do Júri.
- Articulações com a Secretaria de Segurança Pública, com intuito de discutir as políticas de combate aos feminicídios e homicídios no DF.



Verum

- Localização de dois réus por crimes contra a vida no contexto do projeto “Foragidos da Justiça”.
- Aprimoramento e finalização do Projeto Verum.

O projeto Verum é uma plataforma de *business intelligence* que fornece à sociedade dados realísticos sobre crimes contra a vida no DF. A iniciativa visa compreender em suas singularidades e particularidades como as instituições atuam na responsabilização dos autores dos crimes de homicídio.

Recursos Constitucionais

A Coordenação de Recursos Constitucionais, no período compreendido entre 12 de dezembro de 2022 a 12 de junho de 2023, atuou em 7.719 processos, sendo:

- 4.380 ciências;
- 2.890 recursos;
- 40 manifestações e despachos
- 409 outras manifestações.

A equipe, formada por membros e servidores, tem trabalhado em formato híbrido, com alternância entre teletrabalho e trabalho presencial, garantindo-se que a sala 937 do 9º andar do Edifício-Sede esteja constantemente aberta e apta ao atendimento presencial.

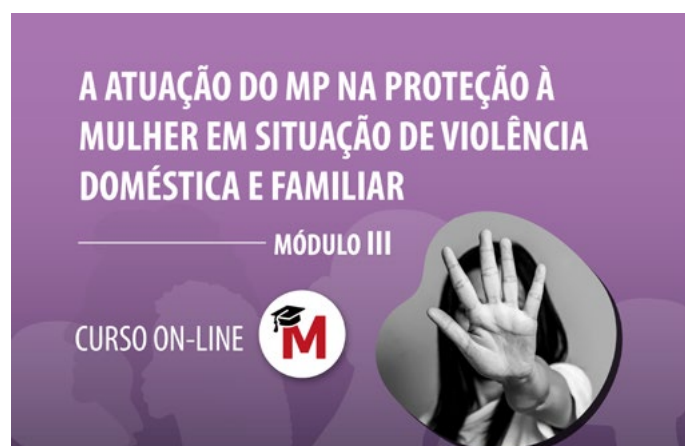
Dentre os desafios da Coordenação de Recursos Constitucionais, órgão de Assessoria da Procuradoria-Geral de Justiça, estão o atendimento à elevada demanda, a atuação em processos de grande relevância social e institucional, a necessidade de observância de diversos prazos e a prestação de um trabalho de excelência junto aos Tribunais Superiores.

Direitos Humanos

Entre as diversas iniciativas do Núcleo de Direitos Humanos, merece ser mencionado aqui que, como resultado do projeto Cidadania Não-Binária, somente entre 2022 e 2023, 94 pessoas não-binárias e trans conquistaram o direito à retificação dos documentos.

Outras iniciativas:

- Expedição de Recomendação Conjunta sobre o quantitativo de vagas de policiais militares femininos no último concurso da PMDF.
- Publicação do curso “A atuação do MP na proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar - Aspectos Práticos”, disponível para o público interno e externo.
- Recomendação para a necessidade de implantação de novas unidades Centro Pop no Distrito Federal, bem como de efetuar adaptações, manutenção e alterações estruturais nos equipamentos já existentes e Recomendação para a não realização do show da banda Mayhem no DF.
- Encontro com 19 crianças e adolescentes com trajetória ou em situação de rua visando a maior aproximação para desenvolvimento de projetos para este público.
- Reunião do Fórum da Diversidade Victoria Jugnet para desenvolver estratégias voltadas à “Formação da rede de ensino pública do DF em parceria com a EAPE”.
- Articulação com instituições estratégias para promover a divulgação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.
- Constituição de grupo de trabalho para promoção dos direitos fundamentais das Mulheres Trans e Travestis em Contexto de Privação de Liberdade para atuar no projeto “Ministério Públi-



Entre outros temas, o curso abordou os aspectos práticos relacionados às medidas protetivas de urgência e à avaliação de risco; as especificidades da tipicidade e da investigação criminal nos crimes de perseguição e violência doméstica; o direito das vítimas e aspectos práticos da persecução penal.

co como garantidor de direitos de mulheres trans e travestis em contexto de privação de liberdade no Distrito Federal”.

- Ações de Enfrentamento à Violência e à Exploração Sexual contra a Criança e o Adolescente, que incluem: pesquisas e reuniões para analisar o fluxo de encaminhamento desse público para realização de perícias médico-legais.
- Realização do “Seminário: Proteção Integral de Crianças e Adolescentes”.
- Elaboração e aprovação de diretivas relacionadas à Lei Henry Borel.

Atenção às Vítimas (Nuav)

Institucionalizado em 2022, o Núcleo de Atenção às Vítimas (Nuav) desenvolve, planeja e coordena políticas institucionais de promoção dos direitos das vítimas de crimes e atos infracionais.



Da esquerda para a direita, o subprocurador da Justiça Militar e coordenador do Movimento Nacional em Defesa das Vítimas do CNMP, Marcelo Weitzel; as coordenadoras do Nuav, Jaqueline Ferreira Gontijo e Anna Bárbara Fernandes de Paula; a coordenadora Administrativa de Brasília 2, promotora de Justiça Ana Paula Marinom; a promotora de Justiça auxiliar do CNMP e também coordenadora do Movimento Nacional em Defesa das Vítimas, Juliana Felix e o procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur.

Nesses seis meses, merecem destaque as seguintes iniciativas:

- Adesão ao Movimento Nacional em Defesa das Vítimas do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).
- Assinatura do Termo de Adesão e Compromisso com o Movimento Nacional em Defesa do Direito das Vítimas do CNMP.
- Envio de requerimento ao CNMP visando parceria para o desenvolvimento de pesquisa com vítimas de crimes e atos infracionais no âmbito do Distrito Federal.
- Formalização de parceria para realização de pesquisa que vai mostrar como está o cenário de reparação às vítimas dos danos materiais e morais em crimes patrimoniais de roubo e furto.
- Realização de círculo de apoio às vítimas em diversas Promotorias de Justiça em todo o DF.
- Promoção de curso online “Os direitos das vítimas e a atuação do MP”, com a participação de 275 pessoas, entre membros e servidores e curso presencial de capacitação com o tema “Apresentação do Manual de registro do atendimento no MPDFT e ações de promoção e proteção dos direitos das vítimas”.
- Elaboração do Plano de Atuação da Campanha Valorize a Vítima, com o quantitativo e cronograma de postagens, atividades, eventos, elaboração do selo.

Atendimento ao Público



Integrantes do Nuav, da Administração Superior e da Promotoria de Justiça do Gama na inauguração do Espaço Cidadão e do Espaço Digital de atendimento ao público.

Implementada em fevereiro de 2023, a Assessoria de Políticas de Atendimento (APA) ao público tem a função de implementar ações e adotar mecanismos que visem à melhoria contínua dos serviços de atendimento ao público.

Neste período, a área respondeu pelas seguintes iniciativas:

- Institucionalização do “Espaço Cidadão” na página do MPDFT, onde é possível acessar os serviços do MPDFT por meio virtual.
- Gerenciamento da instalação dos Espaços de Atendimento ao Público e do Espaço Digital nas Coordenadorias do Gama e Ceilândia, já inaugurados, e em Brasília II, Planaltina, Brazlândia e Taguatinga.
- Implementação da Pesquisa de Satisfação em todas as unidades do MPDFT e do registro do atendimento ao público no sistema SEI.
- Realização de ações de capacitação para atendimento em colaboração com o Núcleo de Atenção às Vítimas.



Coordenada pela promotora de Justiça Thaise Dezen, a iniciativa é uma das prioridades do MPDFT, como parte da implantação de uma política efetiva de atendimento ao público, por meio do aprimoramento de processos e da estrutura de serviços à população.

Governança e Ciência de Dados

Conduzida pela Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional, a área deu continuidade às ações do Programa de Governança de Dados Pessoais. Dentre os resultados esperados e já alcançados pelo projeto estão:

Coordenadoria Executiva do Processo Eletrônico (Cexpe)

- Reuniões e articulações internas para aprimoramento do Neogab, bem como a realização de 29 sequências de testes para homologação de sete novas funcionalidades implementadas no sistema.
- Além de ações de capacitação, houve a realização de 616 atendimentos quanto à utilização do Neogab judicial e extrajudicial, certificação digital, preparação de arquivos de mídias para junta em processos eletrônicos, acesso aos sistemas de outros tribunais, entre outras atividades.
- Emissão de 209 certificados digitais.
- Reuniões e tratativas com outras instituições (Polícia Civil do DF, TJDF) para viabilizar a integração entre sistemas e o intercâmbio de soluções tecnológicas.

Ciência de Dados

- Criação e evolução de painéis de *Business Intelligence* – *BI* nas temáticas Meio Ambiente e Ordem Urbanística, Ações Individuais de Saúde e Violência Doméstica.
- Construção de painel de *BI* na área da Saúde para o acesso de integrantes do Sistema de Justiça, sociedade, pesquisadores e demais interessados com a temática.
- Operacionalização de iniciativas em inteligência artificial para a anonimização de dados, como a extração automática de valores sequestrados em processos de Saúde e a retirada de informações em processos de violência doméstica que envolvem medidas protetivas de urgência.
- Análise de viabilidade de solução de Painel de *BI* para a Coordenação de Medidas Alternativas.
- Estudo da viabilidade de compartilhamento de Dados no Programa Brasil Mais e de dados geoespaciais.

Autocomposição (Cauto)

Nesses seis primeiros meses do ano, a Coordenadoria Executiva de Autocomposição (Cauto) seguiu com sua programação institucional, desenvolvendo ações no âmbito dos projetos: Encontros Empáticos, Oficina de Comunicação Não-Violenta, Formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz, Práticas Restaurativas em Crimes Contra a Dignidade Sexual, Gestão de Conflitos no Contexto Escolar.



Cabe ressaltar a assinatura de Acordo com o TJDF e Defensoria Pública do DF para instituição do Espaço Conciliar e a atividade de Círculos de Construção de Paz, que foi selecionada para ser exposta no I Seminário de Práticas Resolutivas, promovido pela Corregedoria Nacional do MP.

Projeto do Espaço Conciliar tem acompanhamento direto da vice-procuradora-geral de Justiça Jurídico-Administrativa, Selma Sauerbronn, e resulta de parceria com o TJDF.

Medidas Alternativas (Cema)

Entre as diretrizes da Coordenadoria Executiva de Medidas Alternativas (Cema) no planejamento estratégico, estão o aumento da rede parceira a fim de atender às demandas advindas dos Acordos de Não Persecução Penal – ANPP, a conscientização acerca da importância de instauração do Comitê Gestor de Benefícios de Medidas Alternativas - COGE em cada Promotoria de Justiça, melhoria do sistema de consolidação dos dados e divulgação.

Entre as iniciativas do primeiro semestre, destacam-se as seguintes: visitas realizadas (32), treinamentos (6), palestras (3), orientações (434), prestação de contas (50), registro de dados (30), projetos autuados (41).

Além disso, registra-se o total de horas de prestação de serviços encaminhadas: 102.853 horas (total cumprido: 6.308 horas) e o total de prestação de bens encaminhados: R\$ 3.159.286,62 (o total efetivamente cumprido foi de R\$ 595.502,78, sendo que R\$ 312.870,57 foi encaminhado para realização de projetos).

Psicossocial (Ceps)

No primeiro semestre de 2023, a Coordenadoria Executiva de Psicossocial (Ceps) recebeu 592 demandas provenientes de diversas promotorias de Justiça, no âmbito da violência doméstica e de perícias psicossociais.

Até junho, foram atendidas 85% dessas demandas. Para isso, foram realizados 850 atendimentos, além de 133 visitas técnicas. Também foram analisados 502 relatórios técnicos.

Merece destaque a atuação no acompanhamento das políticas públicas do Distrito Federal nas seguintes iniciativas:

- Projeto ELAS - Fluxo da rede de proteção à mulher vítima de violência doméstica.
- Projeto Ágora - Fluxo da Rede de Proteção à Criança e Adolescente Vítima de Violência Sexual.
- Ações para prevenção da Violência Doméstica e Familiar.
- Projeto Vida Plena – desenvolvimento de metodologia de avaliação das pessoas submetidas à Curatela e à Tomada de Decisão Apoiada.
- Avaliação das residências inclusivas para implementação dos serviços de acolhimento para pessoas com deficiência no Distrito Federal.
- Acompanhamento da implementação do primeiro Centro-Dia para Idosos no Distrito Federal, na Região Administrativa SCIA/Estrutural.
- Condução de pesquisa que visa auxiliar o MPDFT no fortalecimento dos Conselhos de Saúde já estabelecidos e na formação de novos conselhos.
- Avaliação e monitoramento dos serviços de Saúde Mental.
- Iniciativas voltadas à Atenção Primária à Saúde.

- Serviços de atendimento a Vítimas de Crimes e Atos Infracionais.
- Realização de diagnóstico Social das Regiões Administrativas do DF.
- Avaliação e monitoramento dos Centros de Referência de Assistência Social no DF.
- Desenvolvimento de estudo e elaboração de relatório técnico abrangente que aborda o panorama da política de Promoção da Igualdade Racial no Distrito Federal.

Políticas Institucionais e Administrativas

Neste primeiro semestre, a API articulou a assinatura de 11 Acordos de Cooperação Técnica (ACT), entre eles, destacam-se:

- Acordo celebrado com o Ministério da Economia para permitir a implantação e a utilização do Barramento de Serviços do Processo Eletrônico Nacional (PEN) no âmbito do MPDFT.
- Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério Público Federal visando estabelecer ação integrada e administrativa para o enfrentamento da macrocriminalidade no DF.
- Ampliação dos mecanismos de cooperação e intercâmbio tecnológico entre o MPDFT e o Ministério Público da Paraíba para enfrentamento dos crimes de corrupção.
- Termo de Adesão ao Acordo celebrado entre o CNMP e o IBAMA para integração e compartilhamento de bases de dados e informações na proteção do Meio Ambiente.
- Acordo de Cooperação com o TJDF a fim de fortalecer a política de resolução consensual de conflitos e a atuação nas unidades vinculadas ao Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação.



Da esquerda para a direita, o chefe de Gabinete da PGJ/MPDFT, promotor de Justiça, Nísio Tostes; o procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, e o procurador-geral de Justiça da Paraíba, Antônio Hortêncio Rocha Neto; durante assinatura de acordo para a transferência de tecnologia e intercâmbio de informações entre o MPDFT e o MPPB.

Aprimoramento da Estrutura administrativa:

- Criação da Assessoria de Políticas de Atendimento ao Público.
- Criação do Núcleo de Conciliação e Mediação Pré-processual (Numecc-pre).
- Criação do Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade.
- Criação da Assessoria Psicossocial de Violência Doméstica nos Centros Regionais Psicossocial.

- Criação de 8 (oito) Procuradorias de Justiça (15ª a 20ª PJ Criminal, e a 9ª e a 10ª PJ Criminal Especializada).
- Reestruturação da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Gama para sistema de cartório.
- Reestruturação do Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação – CI.
- Reestruturação da Ouvidoria.
- Reestruturação da Secretaria de Segurança Institucional (SSI) que passa a ser Secretaria de Polícia Institucional (SPI).
- Reestruturação do Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação – CI.

Eventos:

- Realização do encontro temático com os Promotores de Justiça Cível, Família, Órfãos e Sucessões.
- Realização de encontros com membros e servidores sobre atendimento ao público a fim de fortalecer e padronizar fluxo de atendimento ao público no MPDFT.



O chefe de Gabinete, Nísio Tostes, acompanhado das promotoras de Justiça Leonora Brandão, Adalgiza Aguiar e Ana Paula Marimon, durante a edição do projeto “Record TV nas Cidades”, realizado na Cidade Estrutural/DF.

- Acompanhamento de seis edições do evento Record TV nas Cidades, com atendimento à população, feito pela Ouvidoria, e apresentação dos projetos *Participe da cidade: o patrimônio público é nosso!*, *PLID*, *Pai Legal*, *Na Moral*, *Mediação Comunitária* e *iniciativas do NUA* e *da PDCC*. Em Samambaia, Promotores de Justiça apresentaram a atuação integrada em rede de Samambaia, objetivando garantir a efetividade nas medidas de proteção às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

Eventos Institucionais



Maestro Cláudio Cohen conduz a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro durante apresentação no MPDFT.

De dezembro de 2022 até o dia 12 de junho deste ano, a Assessoria de Cerimonial realizou 283 atividades, dentre reuniões de trabalho, eventos de capacitação, apoio técnico em solenidades, acompanhamento de membros da Administração Superior em reuniões e cerimônias externas e serviço de receptivo de autoridades nas dependências do MPDFT.

Nesse período, a Assessoria de Cerimonial prestou apoio técnico e logístico em grandes eventos do MPDFT, dentre os quais destacam-se as solenidades de posse do Procurador-Geral de Justiça, posse dos novos Promotores de Justiça Adjuntos, Ordem do Mérito MPDFT, abertura da Correição de Fomento à Resolutividade no MPDFT, Seminário e Exposição em Comemoração aos 30 anos da Lei Complementar 75 e o Record nas Cidades.



Mesa de honra da solenidade de posse dos novos promotores de Justiça.

Ações da Chefia de Gabinete

- Destinação de quatro Promotorias de Justiça Operacionais para atuar nos casos que abarcam a Lei Henry Borel, enquanto se aguarda a criação das varas pelo TJDF.
- Viabilização e posse de 27 novos Promotores de Justiça Adjuntos aprovados no 32º Concurso. Com isso, já são 38 nomeados, entre os 44 aprovados.
- Alteração do teor da Resolução/CSMPDFT nº 241, de 13 de abril de 2018, que fixa as atribuições dos Membros durante o plantão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.



O procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur, durante foto oficial com os novos promotores de Justiça do MPDFT.



Novos promotores de Justiça posam para foto com membros da mesa de honra da solenidade.

Planejamento Estratégico

Os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria de Planejamento Estratégico são de consultoria e de tratamento de informações para insumos, apoio às decisões da Administração Superior e ao desenvolvimento organizacional. Neste último semestre, merecem destaque:

- Elaboração do painel de BI com informações acerca da execução do Planejamento Estratégico Institucional.
- Elaboração de gráficos ilustrativos para a demonstração da evolução da estratégia institucional.
- Elaboração e publicação do PGA Administrativo para o biênio 2023 e 2024.
- Realização de 35 reuniões com as unidades da área-fim para elaboração de Planos de Atuação.
- Conclusão de 16 Planos de Atuação nas unidades da área-fim.

Em relação à estrutura administrativa:

- Publicação de 34 portarias normativas de alteração de estrutura.
- Elaboração da Matriz de Gestão para os trabalhos de desenvolvimento organizacional das seguintes áreas: a) Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça; b) Assessoria de Políticas Institucionais – API; c) Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça; d) Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência; e) Assessoria Especial de Acessibilidade; f) Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do MPDFT; e g) Cerimonial.

Comunicação e Relações com a Imprensa

De 12 de dezembro de 2022 a 12 de junho de 2023, foram publicadas pela Divisão de Jornalismo da Secom e pela Assessoria Especial de Imprensa da PGJ, 260 matérias no site, para o público externo, e 187 na Intranet.

Nesse período, foram realizados 476 atendimentos à imprensa e veiculadas 10.479 matérias sobre o MPDFT.

Entre as principais iniciativas, merecem destaque:



Georges Seigneur detalha as atribuições de órgãos relacionados ao sistema de Justiça e apresenta as estruturas do MPU e do MPDFT, durante a abertura do I seminário de temáticas jurídicas para jornalistas da instituição.

- Realização do “I Seminário de Temáticas Jurídicas para Jornalistas”, que reuniu cerca de 59 profissionais da imprensa no DF e 11 membros que falaram sobre a atuação do Ministério Público. O evento teve atuação conjunta da Chefia de Gabinete, Secretaria de Comunicação e Assessoria Especial de Imprensa.
- Elaboração e veiculação da campanha “Violência doméstica contra trabalhadoras domésticas”, uma parceria do MPDFT com o MPT e com a Copevid, que teve ampla adesão de outros Ministérios Públicos.

- Lançamento em formato de vídeo do podcast “O MP que a gente conta”.
- Conclusão de 183 projetos de publicidade, que incluem a produção de campanhas educativas e de sensibilização.



A periodicidade do podcast é mensal e tem a participação de integrantes da instituição.

- Audiodescrição, pela primeira vez, na exposição “Ilustradamente concreto: ressignificando as casas do MPDFT” que traz ilustrações em fotos que estamparam calendário e serão expostas em todas as Coordenadorias Administrativas.
- Aumento de seguidores nas redes sociais, sendo 6% no *Instagram*, 7,22% no *Youtube* e 3,5% no *Twitter*.
- Produção de 81 vídeos e transmissão de 10 eventos.

Cultura e Memória Institucional

Entre as iniciativas da Divisão de Cultura (Dicult) neste semestre, destacam-se:

- Exposição do Prêmio Ler é Legal 2022. O prêmio é uma das iniciativas do Projeto Ler é Legal e tem a finalidade de homenagear escritores nascidos ou residentes no DF e entorno.



Da direita para a esquerda, assessor de Políticas Institucionais, Ruy Reis; corregedor-geral do MPDFT, Nelson Faraco; procurador-geral de Justiça do DF, Georges Seigneur; vice-procurador-geral de Justiça Institucional, Antônio Marcos Dezan; e o coordenador das promotorias de Justiça de Brasília 2, Bruno Osmar Vergini de Freitas; durante a abertura da exposição dos 30 anos da Lei Complementar 75/93 no Espaço Cultural de Brasília 2.

- Mostra “Os 30 anos da Lei Complementar 75 e o seu impacto no MPDFT”.
- Exposição “Ilustradamente concreto: Ressignificando as casas do MPDFT”. A mostra, composta por 12 fotografias ilustradas que homenageiam as Sedes das Promotorias de Justiça no DF. As ilustrações são do designer Nilton Silva, servidor da Secretaria de Comunicação.
- Finalização do Projeto Proximidades Curadoria da exposição “Os 30 anos da Lei Complementar 75 e o seu impacto no MPDFT”;2022, com a entrega dos certificados para os participantes do evento.

- Confecção dos cartões de aniversários ilustrados com obras do artista plástico Luis Costa para os membros, servidores e terceirizados do MPDFT.

No campo da preservação da memória institucional:

- Curadoria da exposição “Os 30 anos da Lei Complementar 75 e o seu impacto no MPDFT”.
- Disponibilização na Internet do Boletim do MPDFT (periódico publicado entre 1996 e 2003) no Sempre MPDFT (plataforma de disseminação de documentos históricos do MPDFT);



Os servidores Ed Ferreira e Nilton Silva na abertura da exposição “Ilustradamente concreto: Ressignificando as casas do MPDFT”.



A Lei Complementar nº 75/1993, dispõe sobre a organização dos ramos do MPU. Ao ser promulgada, a norma foi a base legal para reestruturar e reorganizar o Ministério Público, de modo que o órgão pudesse cumprir todas as suas atribuições e competências.

da área-fim produzidos entre 1960 e 1988 definidos como históricos pelo Art. 3º da Portaria Normativa n. 832, de 28 de junho de 2022.

- Acompanhamento de estudantes do IESB em visita guiada no Espaço Memória e na exposição “Os 30 anos da Lei Complementar 75 e o seu impacto no MPDFT”, em 22 de junho de 2023.

- Continuidade do tratamento técnico-arquivístico de conversão do acervo analógico de fitas de vídeo e DVDs para digital.

- Realização de 2 entrevistas (José Eduardo Sabo Paes e João Alberto Ramos) para o projeto História Oral do MPDFT.

- Tratamento documental (classificação, higienização e acondicionamento) de 1.202 documentos



Os boletins tinham o intuito de ser um canal de comunicação entre o MPDFT e a sociedade. Além da atuação, também eram divulgadas notícias de cunho institucional.



Grupo de alunos do curso de Direito do Centro Universitário IESB conhece o acervo histórico do MPDFT durante visita guiada ao Espaço Memória.

Gestão Administrativa

Educação e Desenvolvimento Corporativo (Secor)

Merece destaque, no primeiro semestre de 2023, a realização da Pesquisa-Intervenção em Qualidade de Vida no Trabalho-QVT, como resultado do Termo de Execução, Descentralizada entre o MPDFT e a Universidade de Brasília para realização. Nesse sentido, foram concluídos:

- Diagnóstico quantitativo e qualitativo de QVT;
- Concepção de Política de QVT; e
- Concepção de Programa de QVT.

Os trabalhos realizados pela Universidade de Brasília na Pesquisa-Intervenção foram finalizados em maio de 2023 com a entrega dos resultados.

Quanto à avaliação de desempenho funcional, 636 servidores foram efetivados para progressão e promoção na carreira, sendo: 267 progressivos; 62 promovidos e, ainda, 307 servidores alcançaram o final da carreira. Ao todo, 31 servidores concluíram o estágio probatório, sendo 10 na carreira de analista e 21 na carreira de técnico.



A realização da pesquisa foi o primeiro passo para a implantação de uma política de qualidade de vida e valorização dos integrantes do MPDFT.



Integrantes da Administração Superior, da Corregedoria-Geral e da Associação de Membros do MPDFT posam para foto com os novos promotores de Justiça durante a abertura do Curso de Ingresso e Vitaliciamento na ESMPU.

Entre as ações de capacitação, destacam-se: 79 ações e 1098 capacitados em eventos internos e 579 participações em eventos externos. Registra-se, ainda, o Acordo de Cooperação Técnica entre o MPDFT e a ESMPU para a realização do Curso de Ingresso e Vitaliciamento de Promotores de Justiça.

Projetos e Obras (SPO)

A Secretaria de Projetos e Obras orientou sua atuação para o atendimento das diretrizes do Programa de Desenvolvimento Sustentável e do Programa de Acessibilidade.

Ganhou prioridade a revitalização das edificações e melhorias técnicas com as seguintes iniciativas:

- Projeto para instalação de telhas termoacústicas na cobertura do edifício-sede e de Planaltina.
- Projeto de implantação de fonte de energia fotovoltaica nos edifícios de Brasília II e da Infância e Juventude.
- Obra de ampliação do reservatório de captação de águas pluviais no edifício da Infância e Juventude.
- Projeto de implantação de sistema de supervisão e controle predial no edifício de Santa Maria.
- Diagnósticos de acessibilidade nas edificações, de acordo com a Norma 9050.
- Projeto de adequações às normas de acessibilidade no edifício do Gama.
- Retrofit do sistema de energia essencial – *nobreak*.

- Recuperação do piso da garagem dos edifícios da Infância e Juventude e Samambaia.
- Projeto de implantação das salas de atendimento ao público – Espaço do Cidadão, Espaço Digital e Brinquedoteca.
- Projeto de construção do edifício da CPJ de Sobradinho, por meio da plataforma *Building Information Modeling – BIM*.
- Continuidade do trabalho relativo ao projeto de construção do edifício-sede do Conselho Nacional do Ministério Público CNMP.

Tecnologia da Informação (STI)

A modernização do parque tecnológico e dos sistemas foi a prioridade neste primeiro semestre de 2023. Entre as ações, merecem destaque:

- Avanços importantes na automatização das rotinas das Câmaras de Coordenação e Revisão.
- Preparação do NeoGab para utilização do editor de textos do Microsoft Office 365.
- Prospecção de solução de assinatura de peças por meio do smartphone.
- Lançamento de dezenas de melhorias priorizadas pela Comissão Gestora do sistema.
- Aprimoramento do painel da Corregedoria, contemplando feitos eletrônicos.
- Atualização de painéis gerenciais e apoio à construção de novos painéis em parceria com o Núcleo de Ciência de Dados e a Procuradoria-Distrital dos Direitos do Cidadão.
- Implantação do sistema Audivia na Ouvidoria.
- Entrega de três novos sistemas de pequeno porte.
- Renovação de contratos importantes, essenciais para o funcionamento da TI do MPDFT.
- Viabilização do acesso à rede WIFI do TJDFDT pelos membros.
- Disponibilização de notebook institucional a todos os promotores de justiça aprovados no 32º concurso.

Segurança Institucional (SSI)

No campo da conscientização de segurança, foram elaborados protocolos de procedimentos para reuniões seguras e para atendimentos presenciais, além do “Manual de Procedimentos a serem seguidos em caso de Sinistro”. Também está em andamento o Projeto da Brigada Voluntária do edifício-sede do MPDFT.



Mesa de honra em foto oficial com os novos servidores empossados no início deste ano.

Na capacitação, teve continuidade as ações de treinamento referentes ao Curso de Segurança de Autoridades Patrimoniais, ao Projeto-Piloto Descentralização da Segurança Institucional, de segurança pessoal para membros e servidores.

Foram realizados investimentos em material e equipamentos de segurança, além da aquisição de sistema de CFTV para a CPJ de São Sebastião.

No campo da segurança aproximada de membros e outras atividades de polícia institucional, foram realizadas mais de 430 ações, conforme demonstrado no gráfico por contagem da natureza do serviço.

Gestão de Pessoas (SGP)

No primeiro semestre deste ano, ingressaram, neste Ministério Público, o total de 27 promotores de Justiça Adjuntos; oito técnicos do MPU/administração; 15 analistas do MPU/Direito; 39 servidores sem vínculo; seis servidores cedidos de outros órgãos; um servidor requisitado; dois analistas do MPU/Direito removidos e um técnico do MPU/Segurança Institucional e Transporte removido; 38 voluntários; seis estagiários e quatro adolescentes aprendizes.

Entre as principais realizações da área de Gestão de Pessoas, merecem destaque:

- Instrução no 1º Processo Seletivo para formação de cadastro de reserva para estagiários de nível superior deste Ministério Público, com previsão de contratação de 305 estagiários.
- Realização de sete processos seletivos de servidores no Programa Permanente de Movimentação Interna – PPMI.
- Realização de 3.000 atendimentos via telefone e whatsapp e 1.806 pela plataforma SGP Atende.
- Conclusão de duas ambientações com os novos servidores.

Atendimento à Saúde (SAS)

A Secretaria de Atendimento à Saúde (SAS) auxilia os integrantes do MPDFT a alcançar o bem-estar físico, mental e social. Neste primeiro semestre, a área realizou os seguintes atendimentos:

- Consultas médicas: 2.285;
- Tratamento odontológicos: 454;
- Exames admissionais: 107;
- Exames periódicos: 63;
- Assistencial de enfermagem: 1.745;
- Perícia por junta médica: 167;
- Avaliação pericial presencial singular: 35;
- Emissão de parecer em processos judiciais: 15;
- Certificação dos pedidos de reembolso de vacinação antigripal: 142;
- Perícias odontológicas em atendimento ao planassiste, 1.554.

Além disso, destacam-se a elaboração e condução da Campanha de Vacinação Antigripal e a elaboração de protocolos sequenciais internos no MPDFT para transição regressiva do controle de Covid-19.

Documentação e Informação

Com a Implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a Coordenação de Documentação e Informação é a unidade gestora do sistema, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação. Finalizada a implantação, está prevista a instalação do módulo de pesquisa pública.

Entre as realizações da área, destacam-se a publicação da Portaria que dispõe sobre os procedimentos para restauração de documentos avulsos e de processos no âmbito do MPDFT, além do lançamento da nova página da Produção Intelectual do MPDFT.

Dados quantitativos:

- 1.359 atendimentos de assistência técnica aos usuários do sistema SEI;

- 229 cadastros de usuários externos autorizados a utilizar o SEI/MPDFT;
- 11.052 registros de recebimento e encaminhamento de documentos via SEI;
- 23.402 documentos digitalizados;
- 1.038 Avaliações de caixas-arquivo de documentos.

Administração e serviços (SSA)

- Aquisição de mobiliário para a nova sede das Promotorias de Brasília.
- Troca e distribuição dos novos chips e modems de telefonia.
- Disponibilização de itens para inauguração dos espaços do cidadão no Gama e na Ceilândia.
- Acomodação do atendimento do TJ-DFT de Planaltina na promotoria local em razão do incêndio ocorrido no início do ano.
- Reinauguração do restaurante à la carte no edifício-sede.
- Implementação de processos de aquisição pela Lei 14133/21.



Restaurante à la carte: O serviço funciona de segunda a sexta-feira no restaurante da Sede. O atendimento é sob demanda, sem a necessidade de reserva

Orçamento e Finanças (SOF)

A Lei Orçamentária Anual, nº 14.535 de 17 de janeiro de 2023, autorizou ao MPDFT, o montante de R\$ 1.146.565.816 de despesas para o exercício atual.

No primeiro semestre de 2023, foram executados R\$ 423.341.212,38 que correspondem a 36,92% do total autorizado, distribuídos da seguinte forma:

- Pessoal: 32,96%;
- Custeio: 3,93%;
- Investimentos: 0,03%.

Além das despesas de pessoal, destacam-se algumas realizações ocorridas nesse período, como a Continuidade da obra da Promotória de Brazlândia e a aquisição de materiais e prestação de serviços para a manutenção.



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.



127
www.mpdft.mp.br/ouvidoria



mpdftoficial



mpdftoficial



mpdft



mpdftoficial